

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ
CURSO DE PEDAGOGIA**

HAYLA TAMIRIS DE JESUS MIRANDA PRADO
SOLANGE BRITO DE AZEVEDO

**A VIOLÊNCIA DO COTIDIANO FAMILIAR E COMO ELA INTERFERE NO
DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

Rio de Janeiro

2019

A VIOLÊNCIA DO COTIDIANO FAMILIAR E COMO ELA INTERFERE NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A VIOLENCE OF FAMILY CITIZENS AND HOW IT INTERFERS IN CHILD DEVELOPMENT

Autora: Hayla Tamiris de Jesus Miranda Prado

Graduanda em Pedagogia pelo Centro Universitário São José (UNISJ)

Orientadora: Solange Brito de Azevedo

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO

O presente trabalho destaca sobre as influências do cotidiano familiar e como ele interfere no desenvolvimento da criança, reforçando sobre como os maus tratos podem deixar traços permanentes que podem interferir no desenvolvimento do cognitivo e socioemocional, e como a falta de cuidados pode ser um fator influenciador para o mal desenvolvimento da criança, como isso pode atrapalhar no crescimento e amadurecimento, entendendo dessa maneira, como se dão as relações de pessoas que sofrem com esse tipo de situação e em que circunstâncias elas acontecem, identificando o que é a violência contra a criança, os atos violentos mais habituais a acontecerem nesse tipo de situação, evidenciando que traços são apresentados que podem ser identificados como forma de decorrência da violência contra os jovens, apontando onde é possível que tais eventos ocorram, quem geralmente comete este tipo de violação e em que circunstâncias isso ocorre. O artigo também destaca como estes atos eram vistos nos tempos anteriores, e como as crianças levavam a vida, os costumes e hábitos das famílias, e de que forma isso contribuiu para que ao longo do tempo se construísse a visão de que a criança é um ser em desenvolvimento que precisa ser cuidada para que haja proteção a sua saúde e seu bom desenvolvimento pessoal e como cidadão presente na sociedade, reconhecendo quem deve realizar este amparo, usando como base as leis estabelecidas que ditam como a proteção e o provimento ao bem estar das crianças e adolescentes devem acontecer, destacando o papel de cada responsável por tais ações, como a família, a escola e também pessoas próximas, pois dessa forma, é possível sintetizar tudo aquilo que interfere no bom desenvolvimento dos jovens.

Palavras-chave: Criança, Família, Violência.

ABSTRACT

This paper highlights the influences of family daily life and how it interferes with the child's development, reinforcing how maltreatment can leave permanent traits that can interfere with cognitive and socio-emotional development, and how carelessness can be an influencing factor. for the child's poor development, how it can hinder growth and maturity, thus understanding how the relationships of people who suffer from this type of situation occur and under what circumstances they occur, identifying what violence against the child is , the most common violent acts to happen in this type of situation, showing what traits are presented that can be identified as a result of violence against young people, pointing out

where it is possible that such events occur, who usually commits this type of violation and where circumstances this occurs. The article also highlights how these acts were seen in earlier times, and how children led the lives, customs and habits of families, and how this contributed to the construction of the view that the child is a child. be in development that needs to be taken care of in order to protect their health and good personal development and as a citizen present in society, recognizing who should carry out this protection, based on the established laws that dictate as protection and welfare provision children and adolescents should happen, highlighting the role of each person responsible for such actions, such as family, school and also close people, because in this way, it is possible to synthesize everything that interferes with the good development of young people.

Key-words:Child, Family, Violence.

INTRODUÇÃO

O ingresso na escola é sempre uma fase de novos conhecimentos e descobrimentos para toda criança que ingressa nela, onde além de aprender conteúdos, o aluno se desenvolve no decorrer do tempo com auxílio das atividades que realiza.

Todo aprendizado que é construído depende da forma que vai ser trabalhado, do incentivo que será dado ao aluno, tanto por parte dos professores como por parte dos responsáveis e pela dinâmica da escola.

Neste artigo, serão expostos sobre as ações do cotidiano familiar e de que maneira elas podem contribuir na vida escolar do aluno, nos aspectos de aprendizagem e comportamento buscando destacar os papéis de cada um e a ligação das ações do dia-a-dia refletidas dentro do ambiente de aprendizagem, focando na responsabilidade de ambas as partes mas, principalmente na família, tendo em vista as condições desse ambiente e sua dinâmica, relacionando as aprendizagens do lar com as escolares, visando estabelecer conexões entre as duas partes a respeito de como acontecem o pensar e o agir das crianças.

O artigo busca esclarecer de que forma acontece o desenvolvimento da criança na escola, de acordo com a falta de estímulo por parte de seus responsáveis, a falta de cuidados, a violência no ambiente familiar, influências de seu cotidiano fora da escola com relação ao ambiente familiar, percebendo de que maneiras as atividades desenvolvidas contribuem para o aprendizado do aluno, assimilando como a vida fora da escola influência no desenvolvimento dentro do ambiente de aprendizagem,

buscando entender de que jeito a escola pode contribuir para que seu aluno se desenvolva bem nos seus aspectos pessoais.

Realizar uma pesquisa na área do desenvolvimento escolar, com base na sua relação familiar é importante para que se possa entender o que é relevante para o aprendizado da criança de acordo com sua idade e o que pode ajudar ou atrapalhar nesse processo.

Com isso, a pesquisa leva à busca das seguintes questões norteadoras: as famílias e os ambientes que as crianças convivem influenciam nos comportamentos reproduzidos na escola? Qual a correlação sobre como esta estrutura é formada e de que maneira isso se reflete no aluno? Como a escola pode contribuir no cognitivo e sensorial do aluno no cotidiano?

O presente artigo contribui para que ocorram as compreensões acima no ensino das crianças para um melhor desempenho curricular, levando à reflexão de outras maneiras que se pode trabalhar o cognitivo e a parte sensorial no dia-a-dia na escola. Os elementos motivadores para a leitura que se realiza no decorrer do texto são as formas como são estimulados o cognitivo e a parte sensorial das crianças na escola, a visão dos pais sobre o que os filhos trabalham na escola e a evolução que pode acontecer durante o tempo do período letivo.

Como esclarecimento de que o bom desempenho não depende unicamente da escola, serão exemplificados os papéis daqueles que estão ao redor das crianças e como devem exercer para que seus direitos mínimos sejam garantidos.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Estatuto da Criança e do Adolescente – LEI 8069, de 13 de julho de 1990)

Com isso, buscar a compreensão dos deveres sociais, assegurando sobre aquilo que se faz necessário a respeito das crianças, dando ênfase na garantia dos direitos de saúde e segurança, para que possa ter acesso à educação e que esta aconteça da maneira correta e com bons resultados.

A pesquisa se relaciona aos fatores tanto internos quanto externos da escola, e de que forma as ações do cotidiano interferem no decorrer do processo de desenvolvimento do aluno de modo positivo ou negativo durante as atividades realizadas em sua rotina.

O presente estudo, também busca esclarecer sobre como a vida em família interfere no contexto escolar. Para tais resultados, serão desenvolvidas análises bibliográficas presentes em livros e artigos que abordam os contextos a serem aqui discutidos, para ser exemplificado como essas ações ocorrem de fato e as relações que elas têm entre si. Desta forma, a pesquisa será de cunho bibliográfico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como fundamentação teórica, essa pesquisa seguirá os seguintes estudiosos:

Vicente de Paula Faleiros, Doutor em Sociologia pela Universidade de Montréal (Canadá) e Pós-doutor pela Écoles de Hautes Études em Sciences Sociales (Paris). Graduado em Direito pela Universidade de Franca e em Serviço Social pela Universidade de Ribeirão Preto (SP). Atualmente, professor aposentado da Universidade de Brasília, onde ainda continua como colaborador nas pesquisas da instituição e professor na Universidade Católica de Brasília. FALEIROS tem o foco de seus trabalhos e experiência nas áreas da criança e adolescente, saúde pública, assistência social e outros assuntos que falam sobre variadas situações presentes no cotidiano.

Eva Silveira Faleiros possui Mestrado pela Faculté de Service Social, Université Laval, (Canadá), e graduação pela Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (RS). Tem experiência como gestora em órgãos que lidam com assistência social e, também, como docente em cursos superiores nesta área e foi pesquisadora do Centro de Estudos Referências e Ações sobre Crianças e Adolescentes. Suas principais publicações têm como tema a infância e a adolescência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, violência e direitos humanos de crianças e adolescentes, redes de proteção, assistência social, saúde pública e saúde

mental. Eva Faleiros é coautora do livro *Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescente*, junto com Vicente de Paula Faleiros.

Segundo Faleiros e Faleiros (2008, p. 29), uma relação familiar violenta faz com que aconteça uma desestruturação da identidade da pessoa que sofre qualquer tipo de agressão, e quando se trata dos jovens, pode ser desfavorável ao seu desenvolvimento, pois pode levar a prejudicar ou atrasar sua maneira de agir, falar e reagir em diferentes situações.

A violência, de qualquer tipo, contra crianças e adolescentes é uma relação de poder na qual estão presentes e se confrontam atores/forças com pesos/poderes desiguais, de conhecimento, força, autoridade, experiência, maturidade, estratégias e recursos. (FALEIROS e FALEIROS, 2008, p.31)

Deste modo, quando se causa algum tipo de dano corpóreo ou mental, está acontecendo, simultaneamente, a negação aos direitos das crianças e adolescentes e também o não cumprimento das funções de responsável para uma boa evolução da maturação destes.

Émile Durkheim foi um sociólogo francês que dedicou a maior parte de sua vida aos estudos de Sociologia e Pedagogia, tendo lecionado na Faculdade de Letras de Bordéus de 1887 a 1902 e, também, na Universidade de Sobornne, onde lecionou Ciências da Educação, tendo dividido seu tempo entre os estudos e também ao ensino da Pedagogia.

Em seus estudos Durkheim buscava mostrar sobre a educação como instrumento social, exemplificando os modelos de sociedade e os tipos de educação que eram oferecidas por cada uma delas de acordo com fatores como classe social, gênero, entre outros.

Em um de seus livros, o autor diz que cada sociedade, considerada em um momento determinado de seu desenvolvimento, possui um sistema de educação que se impõe aos indivíduos de modo geralmente irresistível. (DURKHEIM, 1978, p.36), explicando que dessa maneira, o tipo de educação ofertada por muitas vezes não pode

ser escolhido, pois as condições locais, a quem e para o que, são fatores que mais influenciam no tipo de ensino a ser oferecido.

Por conta da posição social em que se encontram muitas crianças que pertencem às classes mais baixas acabam recebendo um tipo de educação diferente do ensino daquelas que estão nas famílias consideradas de classes mais altas. Apesar do conceito parecer antigo, está ainda é uma realidade vivida atualmente, pois a sociedade ainda tende a delimitar o que pode ocorrer em instituições onde os serviços se destinam aos indivíduos de diferentes grupos encontrados na sociedade atual.

Silvia Regina da Silva Costa é Assistente Social, especialista em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pela USP e Mestre em Educação pela UNESP. Silvia direcionou sua pesquisa de Mestrado na busca sobre a concepção dos professores que trabalham com alunos que vivem em situação de maus-tratos, e relatar sobre como estes conduzem seu trabalho dentro dessas circunstâncias e foi este trabalho que deu origem ao seu livro “Maus-tratos: Concepções e Práticas de Profissionais da Educação”. No livro, a autora aborda o tema levando em conta várias características das famílias que existem em sociedade nos dias de hoje, como a classe social, etnia, local em que está inserida, e outros fatores para esclarecer determinados acontecimentos dentro desse contexto. Nesse livro, a autora diz: Deparamo-nos com a questão dos maus-tratos, que demonstra a perversa estrutura social existente e da qual fazemos parte. (COSTA, 2014, p.79). Isto demonstra sobre a intenção em entender o que leva os adultos a terem um tipo de conduta violenta com relação as crianças e adolescentes e as explicações para estes casos, entendendo sobre a relação familiar violenta, as consequências para as vítimas e o papel da escola com o trabalho e assistências desenvolvidas para estes jovens.

LINHA DO TEMPO DO TRATAMENTO DADO ÀS CRIANÇAS E JOVENS

Há muito tempo registram-se na história o tipo de tratamento que era ou ainda é dado às crianças, estas que, por sua vez, até não muito tempo atrás não eram tratadas como tal, mas sim como uma espécie de adultos que ainda estão se desenvolvendo e, por conta disso, muitas eram levadas a ter hábitos de pessoas maiores de idade, mesmo que não tivessem evoluído física e mentalmente para realizar determinadas tarefas.

Alguns exemplos destas práticas, foram descritas nos relatos em que se fala sobre o papel dos menores com relação à sociedade em que se encontravam como por exemplo na Grécia Antiga, onde em Esparta os meninos eram ensinados para serem militares e, por conta disso, eram submetidos a treinos e exercícios rígidos que exigiam muito além de sua capacidade. As meninas por sua vez recebiam educação para os afazeres do lar até atingirem a idade para se casar, onde em sua maioria, eram submetidas à tal situação ainda estando bem jovens. Como citado acima, não eram respeitados os fatos de que as crianças eram seres em desenvolvimento, esta ideia apareceu apenas bem posteriormente. Já os filhos de escravos, não recebiam cuidados porque estes após atingirem certa idade ou tamanho, eram vendidos para trabalhar em condições insalubres. Em Atenas, os meninos eram enviados para o serviço militar aos 18 anos e as meninas, realizavam serviços do lar e por volta dos 15 anos se casavam e assim era também no Império Romano, onde as crianças eram cuidadas até atingir os doze e depois disso eram os garotos destinados ao militarismo e as garotas ao casamento.

A partir da Idade Média, surgiu a ideia de separação de acordo com as idades, mas apenas para a realização de terminadas tarefas, como o tempo para aprender e o tempo para trabalhar; ainda não existia o conceito da infância como um estágio na vida de uma pessoa.

Na Europa a civilização medieval havia esquecido a paideia (modelo de educação antiga voltada à formação ética e a formação de um cidadão perfeito e completo) e ainda ignorava a educação dos modernos. Este é o fato essencial: ela ainda não tinha a ideia da educação. Hoje, nossa

sociedade depende e sabe que depende do sucesso de seu sistema educacional. (ARIÉS, apud FALEIROS e FALEIROS, 2008, p.18)

No Brasil, desde os tempos de colonização, as crianças indígenas eram separadas de suas famílias e encaminhadas a casas de recolhimento, onde eram obrigadas a seguir os costumes dos colonizadores.

Na época da escravidão, os filhos de escravos começavam a trabalhar ainda bem pequenos, diante das mesmas condições que os adultos, nas grandes fazendas ou em afazeres domésticos.

Em meados do século XVI, foram criadas casas de acolhimento, que eram locais que recebiam crianças que eram abandonadas por seus pais, e em sua maioria, eram filhos ilegítimos, de fora do casamento. A taxa de mortalidade nesses locais era bem alta, pois os que ali eram acolhidos não viviam em condições de boa higiene porque muitas das vezes não eram oferecidas condições para que se pudesse dar o cuidado adequado a todos e, por isso, a taxa de mortalidade nessas casas chegava a 90%. Os pequeninos entregues a esses espaços, permaneciam neles por um período de até um ano e meio e, após esse tempo, eram entregues a amas-de-leite, ou alugados para famílias que destinavam estes para a realização de trabalhos domésticos.

No ano de 1964, foi criada a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), que era uma instituição que acolhia menores de idade que cometiam delitos ou aqueles que viviam em situação de risco, onde a família não tinha condições de proteger e cuidar adequadamente e tinha como intuito evitar a marginalização dos jovens. Porém, a situação nesses institutos era de isolamento e maus tratos, situações inversas ao propósito dos jovens estarem ali inseridos.

A partir do momento em que a industrialização foi sendo inserida no país, a mão de obra escrava foi sendo substituída. Contudo, como a remuneração era muito baixa, na maioria das famílias, as crianças também tinham que trabalhar para ajudar a complementar a renda; desta forma eram expostas a um ambiente inseguro em que por falta de maturidade, os menores sofriam acidentes além de trabalharem o mesmo período que os adultos.

Nos tempos antigos as crianças eram submetidas à muitas situações que não eram favoráveis e nem estavam em conformidade com aquilo que era apropriado para os menores, e as famílias em sua maioria não tinham ciência das consequências que podiam causar certas ações contra esses indivíduos, por achar apropriado o tratamento dado a eles da mesma maneira que era dado aos adultos.

ASPECTOS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS CRIANÇAS E JOVENS NO BRASIL

A violência contra crianças e adolescentes é considerada crime no Brasil, e no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente – LEI 8069, de 13 de julho de 1990) são descritos atos que não devem ser cometidos para que se proteja a integridade física destes, sendo dever assegurar proteção à família e também às pessoas que estão ao redor, como integrantes da comunidade, escola, órgãos da saúde e segurança pública. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (ECA, Art.18). Porém, o que se encontra na realidade são situações onde quem deveria proteger está cometendo atos hediondos que ferem integralmente a criança, sendo por meio de agressão física ou psicológica. Segundo Faleiros (2008, p.31), as formas de violência também são tipos de violências psicológicas, já que desta maneira não se fere somente o corpo mas, também outros aspectos, como a moral e o social, pois isso causa confusão naquele que está sendo agredido; visto que, quem deveria proteger está justamente fazendo o contrário, realizando contra a criança algo que abala suas estruturas mentais, e isto pode se refletir em outros aspectos. Normalmente agressões do tipo são acompanhadas do que se pode nomear como agressão simbólica. Bourdieu (apud FALEIROS e FALEIROS, 2008, p.32), acentua que tem a ver com o fato de alguém pertencer a determinado grupo, outras se sentem superiores e no direito de maltratar, julgar e cometer outros atos, como é no caso de um adulto se colocar como superior e sentir-se no direito de tratar uma criança ou adolescente como objeto e fazer o que bem entender com eles. Assim, pode-se definir a violência simbólica como o exercício e difusão de uma superioridade fundada em mitos, símbolos, imagens, mídia

e construções sociais que discriminam, humilham e excluem. Faleiros e Faleiros (2008, p.33) resumem em mais um direito sendo ferido, já que segundo o ECA no seu Art. 5º diz que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, havendo punição na forma da lei em qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Desta forma, nas situações em que tais fatos possam ocorrer é comum que aconteçam discriminações por sexo, cor da pele, idade e local onde vive, e isso, independe da classe ou local, porque pessoas de diferentes esferas sociais tendem também a ter esse tipo de posicionamento contra àqueles aos quais se sentem superiores.

Embora consideradas inadequadas, tais condutas geralmente vêm de alguém da própria família, ou pessoas bem próximas, envolvidas no cotidiano da vítima e seus familiares, como é comum acontecer nos casos de abusos sexuais, onde frequentemente quem comete esse tipo de crime está dentro do perfil de parente ou alguém que possui um ciclo de convivência bem próximo ao da criança ou adolescente vitimizado e, geralmente, são descritas como alguém de personalidade gentil, solícita e presente em diversas situações. Acontece também nessas situações mudanças por parte da vítima, como o afastamento quando o agressor está por perto; mudanças no comportamento natural e, também pode acontecer de uma criança geralmente ativa e social se tornar apática.

Segundo Faleiros e Faleiros (2008, p.29), as relações familiares violentas contra as crianças geralmente estão relacionadas ao sentimento de poder, onde o agressor, se considera numa posição acima da vítima se colocando assim no direito de usar de sua força ou ameaças contra os mais jovens, para ter domínio sobre eles, de forma que se tire proveito em determinadas situações no intuito de aproveitar-se de várias formas sem que a vítima questione ou se recuse a realizar algo. Sendo assim, nem toda forma de violência realizada contra os menores tem relação com o uso da força, mas com o uso de outros artifícios, onde pessoas mais velhas e mais maduras utilizam a coação e a indução, para convencer os mais novos a fazer algo que certamente não é apropriado para sua idade, pois muitas crianças às vezes não entendem que certas ações podem ser prejudiciais para elas, pois quem realiza esse tipo de controle sobre estes, faz com

que tais atos a serem cometidos pareçam inofensivos, e por sua vez, aqueles que passam por situações semelhantes como as descritas acima, tendem a ser expostos a episódios que prejudicam o desenvolvimento do seu corpo e de seu cognitivo. Segundo Costa (2014, p.25) é principalmente na infância e na adolescência que os reflexos de tais atos acontecem e se repercutem ao longo da vida, e apesar de certos tipos de agressão ou abuso não acontecerem mais, é algo que fica marcado e modifica o modo de agir e pensar do jovem.

Devemos refletir em outros aspectos em diversas fases do crescimento, e isto é uma realidade que acontece em diferentes camadas da sociedade, não sendo exclusividade para os casos que aconteçam com aqueles que estão em situação de pobreza.

Segundo Durkheim (1978, p.54), todas as pessoas são formadas por dois seres, que seriam eles o ser individual e o ser social. O primeiro seria aquele que representa os gostos, as escolhas, e tudo aquilo que diz respeito a vida de forma pessoal, já o segundo que seria o ser social, é formado por tudo aquilo em que o homem está envolvido, como a família, os ciclos de amizade, grupos religiosos e todos os tipos de atividades em que estamos inseridos que incluem a participação de outros, e ainda segundo este sociólogo, este ser não surge de forma espontânea, mas é moldado de acordo com o modo a que é colocado em determinadas circunstâncias, e, se essas forem cercadas por privações e opressões que inibem o agir natural, não haverá maneiras de que se deixem surgir as qualidades.

Acredita-se que a criança pertença primeiro aos seus pais; portanto, é a eles que cabe dirigir, como bem entenderem, o seu desenvolvimento intelectual e moral. (DURKHEIM, 1978, p.62).

Segundo Costa (2014, p.49), quando ocorre alguma situação de maus-tratos, isso vem acompanhado de uma série de consequências, que dependendo de como ocorrem, podem vir a se tornar problemas que se reflitam a vida toda, e geralmente os agressores são pessoas que também sofreram algum tipo de mau trato em sua infância. Nos casos de agressões físicas além dos distúrbios comportamentais, podem surgir marcas pelo corpo que indiquem como estão ocorrendo estas agressões. Os

abusos cometidos não causam apenas transtornos no comportamento, mas segundo Reppold et al (apud COSTA, 2014, p.50), os jovens que passam por alguma situação de agressão, também podem desenvolver problemas de saúde, déficits cognitivos e socioemocionais. Muitas vezes os sinais são claros, principalmente se forem de natureza física, onde podem aparecer em forma de hematomas, arranhões, queimaduras e outros, porém quando há mudanças no comportamento muitas vezes as circunstâncias pelas quais as crianças podem estar passando passam despercebidas e normalmente as alterações de humor são relacionados apenas a episódios de mal comportamento, indisciplina. Os traços podem variar de acordo com o tipo de violação que a criança sofre, no geral os problemas apresentados por crianças maltratadas são a dificuldade de aprender na escola, o que causa a baixa no rendimento escolar. Aquelas que sofrem com agressões físicas e abandono, além de poder apresentar perda de rendimento no aspecto cognitivo, geralmente externam o que sofreram de forma violenta, e não se adaptam a qualquer ambiente ou pessoas, fator causado pela falta de confiança, pois o jovem que se sentiu de alguma forma violentado por alguém, tende a não criar relações de confiança com novas pessoas que tentam se aproximar. Tais comportamentos acarretam para que a criança ou o adolescente criem visões muitas vezes distorcidas da realidade, como não acreditar em seu potencial para realizar diversas tarefas como a continuação dos estudos, pois são afetadas diretamente e feridas no seu direito a segurança, não se sentindo seguro, o jovem não se sente também confiante para realizar ocupações que deveriam ser vistas como normais de acordo com sua faixa etária. Em uma pesquisa desenvolvida com jovens em situação de acolhimento institucional realizada por Dell'Aglio e Abaid (2014), são mostradas informações relacionadas a escolaridade das crianças e adolescentes entrevistados, onde 82,3% deles estavam em situação de defasagem escolar, onde em sua maioria, ao responderem os questionários apontaram já ter sofrido alguém tipo de violência, realizada por membros pertencentes a família, o que evidencia mais ainda sobre como o tratamento dado a estas, acabam refletindo em seus modos de agir e pensar.

Por falar nos sinais que aqueles que sofrem com a violência em seu cotidiano, percebe-se que as crianças buscam certo tipo de proteção em algum local em que se

sinta segura, e este lugar na maioria das vezes é a instituição de ensino “... a escola torna-se um porto seguro para aquele que foi ou que está sendo vítima de maus-tratos.” (COSTA, 2014, p.52). Os jovens dão muitos sinais de que o ambiente de seu lar não está propício para que ele por lá permaneça por muito tempo, os sinais que demonstram são a vontade de querer permanecer por mais tempo que o normal na escola, chegar mais cedo e ir para casa um pouco depois do horário e isso está ligado também a outros fatores, como mudanças severas no comportamento, falta de interesse em realizar atividades individuais ou em grupo, que geram um conjunto de indícios do que pode estar causando estas diversas oscilações de comportamentos nos jovens violentados. Tais ações podem ocasionar nos jovens o afastamento e falta de confiança nas pessoas adultas, onde ele não se interessa em conversar e nem se envolver em uma atividade, pois geralmente, são vítimas de pessoas mais velhas que levam o rótulo de protetoras, da família ou próximas, levando ao afastamento de pessoas mais velhas. Estes e outros traços podem ser considerados como uma válvula de escape, pois os distúrbios emocionais e de comportamentos são muitas vezes utilizados para expressar aquilo que as crianças não conseguem dizer, por medo e insegurança com medo de que possa haver consequências.

De acordo com Canha (apud COSTA, 2014,p.55), os maus-tratos que os adultos cometem em crianças com mais de três anos na idade escolar, geralmente não apresentam risco de morte para a criança, porém a longo prazo ocasionam em impactos no desenvolvimento físico, falta de progresso no desenvolvimento da linguagem, baixa autoestima, dificuldades de se relacionar com outras pessoas e possivelmente, comportamentos que levem a delinquência e reprodução aos maus-tratos às gerações futuras, como filhos, sobrinhos ou outras crianças e adolescentes próximos.

Tais acontecimentos são traumatizantes e mexem com toda a estrutura do jovem, de maneira física e cognitiva, as agressões fazem com que eles passem por situações que não estão preparados para entender ou se defender, além de serem tirados da zona de conforto, isso quebra toda uma estrutura que deveria estar em constante manutenção do corpo e do psicológico.

O PAPEL DA ESCOLA COM RELAÇÃO AOS INDÍCIOS DE VIOLÊNCIA

A escola é um espaço onde o objetivo de as crianças frequentarem a instituição, é que esta seja um espaço onde os alunos possam se desenvolver integralmente, considerando que a finalidade é formar cidadãos conscientes com relação a vida em sociedade e as pessoas que a constituem, porém com relação as crianças violentadas o trabalho a ser construído se torna em mais complexo e por muitas questões que existem com relação ao tratamento dado a elas em seu lar, o que pode distanciar e dificultar o trabalho dos profissionais da educação que estão presentes na instituição para ensinar e orientar.

A primeira instituição responsável pela proteção da criança e do adolescente, é a família, tendo o Estado o papel de auxiliar em momentos onde está não estiver presente ou não possuir os recursos necessários para esta tarefa, porém segundo a Constituição Federal de 1998 no artigo 227, é explicitado que este dever não fica reservado exclusivamente a família, mas também a todos os cidadãos que se fazem presentes no dia-a-dia dos jovens.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Constituição Federal, 1988)

Sendo assim, a escola se torna automaticamente uma das principais responsáveis também para a preservação da saúde e bem-estar dos jovens, pois é nesse ambiente o local onde os jovens estão com mais frequência e é nele também onde os fatores que evidenciam os abusos que possam estar sendo cometidos contra eles. E, por outro lado, este ambiente acaba por ter que se modificar para conseguir trabalhar o que prevê nos currículos e projetos da escola e, também, “atender as novas exigências do sistema educacional” (COSTA, 2014, p.79). A sociedade está

constantemente mudando em diversos fatores todos os dias, e segundo Castro (apud COSTA, 2014, p.81) os profissionais atuantes na área da educação, precisam passar por processos de preparação para acompanhar as constantes mudanças que vem ocorrendo nos dias de hoje. Mas o que acontece na maioria das situações, é que os docentes e outros profissionais que atuam dentro da escola, não recebem a formação adequada para lidar com este tipo de situação, por outro lado, professores em sua formação estudam diversos conteúdos que não chegarão a usar na prática, além de ensinar, os professores de hoje também devem ser preparados para agir frente a situações desafiadoras. De acordo com Costa (2014, p.91), a escola é um espaço importante onde a construção da resiliência para a criança e para o adolescente, pois as situações apresentadas a elas no dia-a-dia, irão ajudar na formação do indivíduo para lidar com questões pessoais e individuais, e isso também se torna um fator de proteção de certa forma, já que o trabalho a ser feito é o desenvolvimento para lidar com adversidades do cotidiano.

O que se observa constantemente dentro das escolas são comportamentos que acontecem devido a fatores ocorridos no ambiente externo ao da instituição educativa, que afetam o trabalho desenvolvido por todos os envolvidos dentro do processo, como os casos de violência contra os jovens, onde esses apresentam diversas dificuldades sociais e cognitivas que interferem no seu crescimento e, se tratando de casos de violência, Costa (2014, p.93) afirma que este ambiente também pode se tornar um fator de risco para o aluno, caso haja a omissão por parte dele em tomar iniciativas contra o que pode estar acontecendo com os alunos vitimizados. Por outro lado, muitos docentes e outras pessoas que possam notar traços do que está acontecendo, não se sentem seguros em denunciar sobre o que estão observando nos alunos. Embora ocorram diversas formas de maus-tratos, os professores ao notarem algum tipo de divergência, podem e devem notificar à Direção ou ao Conselho Tutelar, para buscar respostas dos responsáveis, para que haja um melhor entendimento do que pode estar acontecendo com a criança, e isso seja resolvido de acordo com o que os órgãos competentes para isso considerem recomendado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, foi possível observar que a violência contra a criança apesar de ser algo que já acontece há muitos anos, só se tornou um assunto relevante bem recentemente. Pelas narrativas foi possível ver que a correlação sobre como a estrutura familiar se reflete no aluno quanto ao tratamento e as condições em que as crianças são expostas, por conta da falta de cuidados em diferentes espaços ou ambientes, afetam ou deixam traços que serão reproduzidos mais tarde. Foi possível reparar que isso acontece em diversas classes sociais e com crianças e adolescentes de ambos os sexos e, de forma geral, as agressões são cometidas por pessoas da própria família ou bem próximas, assim como também por outros que pertencem aos órgãos de proteção às crianças que antigamente acolhiam ou eram responsáveis por manter as crianças em atividades educativas ou de trabalho. Nos tempos de colonização e escravidão os tratamentos de cada uma dessas crianças, de acordo com a raça e classe social, apresentavam valores contrários às características da infância onde atitudes e espaços foram apresentados sem condições de proteger e cuidar adequadamente dessa faixa etária. Outro fator evidenciado, foram os sistemas de medidas de proteção criados para o acolhimento e restauração da saúde e bem-estar

do menor, em que ocorriam diversos eventos que contrariavam o propósito do jovem que estava ali inserido, levando-o ao isolamento e maus tratos.

Há que se destacar as leis de proteção à criança e ao adolescente, citadas neste trabalho, que são vistas como meios de compreensão e concretização das ideias dos fatores de violência contra os jovens e enfatizam a importância da família presente e protetora para a construção de um cidadão bem desenvolvido, ciente e preparado para conviver e evoluir em conjunto com a sociedade. Essas leis apresentam as situações de violências ocorridas dentro do ambiente familiar, causadas pelos responsáveis que deveriam cuidar e zelar pela vida dos menores indicam também sobre outras situações quando esse dever não é exercido pela família, tais como: situações de agressão, omissão e outros tipos de violências praticadas contra as crianças e adolescentes, fazendo colocações em que mostrem a negligência também como uma forma de maus-tratos. Foram apresentados dentro desses tópicos sobre as condições em que esse tipo de situação pode se passar; como e quais os responsáveis agem com relação à vítima; os traços e mudanças no comportamento que esta pode evidenciar de acordo com o que está sofrendo; como são externados os sentimentos suprimidos por essas crianças que passam por acontecimentos traumáticos e como estes atrapalham o desenvolvimento pessoal, emocional, social e cognitivo da vítima, de forma a apresentarem características no seu modo de agir no dia-a-dia, dificultando posteriormente o seu crescimento e favorecendo o desenvolvimento de doenças e distúrbios que o impeçam de ter um avanço normal e saudável.

As famílias e os ambientes onde as crianças convivem influenciam e tem influenciado nos comportamentos reproduzidos na escola; espaço esse em que foram relacionados os fatos em como a criança pode expressar o que acontece em sua casa dentro desse ambiente.

É importante a contribuição da escola no cognitivo e sensorial do aluno no cotidiano, e acontece quando os profissionais em que nela atuam ao notarem algum tipo de abuso cometido contra os alunos aplicam medidas protetivas, previstas legalmente, junto aos responsáveis por estes episódios. Esperando assim, que esses responsáveis contribuam para a reversão ou amenização dos fatos ocorridos, esclarecendo e contribuindo com a escola para que, de forma integrada, sejam

desenvolvidas medidas voltadas à recuperação da saúde e bem estar da criança e do adolescente.

REFERÊNCIAS

ABAID, Josiane Lieberknecht Wathier DELL' AGLIO, Débora Dalbosco. **Exposição a Fatores de Risco de Adolescentes em Acolhimento Institucional no Sul do Brasil**. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/29331/26180> acesso em: 11 de novembro de 2019.

Brasil, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Assembleia Constituinte. Brasília, 05 de outubro de 1998.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
Acesso em: 15 de novembro de 2019.

Brasil, Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
Acesso em: 18 de junho de 2019.

COSTA, Silvia Regina da Silva. **Maus-Tratos Contra Crianças: Concepções e Práticas de Profissionais de Educação**. 1 edição. São Paulo: Papel Social, 2014.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 11.ed, São Paulo: Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva. **Escola que Protege**: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 2.ed edição, Brasília: Ministério da Educação, Secretária da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.